

## Declaração Política

### **A importância do Poder Local Democrático nos Açores, a sua relação com a Democracia, a Autonomia e os diferentes níveis de governação**

A Democracia foi no nosso país, indubitavelmente, uma conquista de abril. Se antes de 25 de abril de 1974 o poder se encontrava centralizado nas maiores metrópoles de então, Lisboa e Porto, é a partir da Revolução dos Cravos que se implementam as eleições livres, com sufrágio universal, garantindo o pleno direito ao voto de todos cidadãos adultos, independentemente de alfabetização, classe, rendimento, etnia ou género.

A Democracia e a consequente implantação das Autonomias Regionais vieram trazer tanto oportunidades como desafios. Ficámos livres de um regime ditatorial, centralizador e castrador, que impedia o harmonioso desenvolvimento dos seus territórios, mas fomos confrontados com o desafio de gerir com eficácia e com sentido estratégico amplos territórios onde quase tudo estava por fazer.

Esta realidade foi particularmente visível nos Açores. No centro do Atlântico, afastados do território continental, os Açorianos estiveram durante demasiados anos, demasiadas décadas e séculos, entregues à sua própria sorte. Vivendo, ou sobrevivendo, apenas com a sua capacidade de produção interna, com fraco ou reduzido recurso a bens importados que pudessem trazer maior conforto às suas vidas.

Sim. Não ainda há tão pouco tempo o cenário comum era a fome, o frio, os pés descalços, os pisos térreos, a mendigação. Não há muitas décadas atrás, estávamos limitados a escassas infraestruturas, apenas as absolutamente essenciais e decretadas pelo Regime.

A Democracia e a Autonomia, mais em abstrato ou mais em concreto, já foram muitas vezes tema de debate nesta Casa. E todos concordamos que a Democracia e a Autonomia são uma história de sucesso, pese embora muitas vezes algumas forças partidárias gostem de se alimentar de descontentamentos populares, assumindo posicionamentos mais ou menos demagógicos na busca do voto fácil.

É por isso que todos devemos abraçar a missão de, pedagogicamente, explicar aos nossos concidadãos que a política, a Democracia e a Autonomia são coisas boas. Que não se tratam de conceitos abstratos. Que têm implicações diretas na vida diária de todos nós.

É uma certeza manifesta, que ninguém poderá repudiar, que o Poder Local Democrático constituiu-se e constitui-se como motor de transformação das condições de vida das populações; constituiu-se e constitui-se como espaço de consolidação de direitos e de formação democrática.

Se é certo que hoje, em 2021, colhemos os frutos de quase meio século de Democracia e de Autonomia, também é certo que, desde os primeiros anos de Democracia até aos dias de hoje,

temos vindo a assistir a um certo afastamento das pessoas em relação à política.

Porque é muitas vezes mais fácil apontar o dedo a eles, os políticos, porque falham. Porque muitas vezes é mais fácil assumir posturas de que tudo está mal, porque isso cai bem nos ouvidos do Povo. Porque muitas vezes é mais fácil ser destrutivo do que construtivo.

Assim, os cidadãos comuns erguem muitas vezes barreiras distintas que os separam a eles dos outros, dos políticos. Outras vezes – ou talvez em simultâneo – algumas organizações políticas erguem também as suas barreiras em relação aos eleitores.

Mas a verdade é que, por existirmos todos aqui e agora, estamos destinados a lidar uns com os outros. Estas barreiras, artificiais, devem ser transpostas. Devem ser esbatidas. Devem ser anuladas. A participação política não se compadece com elas.

É observável que – os registos eleitorais apontam nesse sentido - nestes quase 50 anos de Democracia e de Autonomia, os cidadãos tendem a envolver-se mais quanto mais próxima for a eleição. Ou dito de outra forma; quanto mais longínqua for a eleição, menos participação haverá. Vemos isso a cada 5 anos, quando temos eleições Europeias ou Presidenciais. E assistimos ao inverso, de quatro em quatro anos, com as eleições autárquicas, de onde emerge o Poder Local.

As eleições autárquicas são, de facto, mais próximas. Mais presentes. Porque não se trata de eleger pessoas que vemos de vez em quando ou que apenas vemos na televisão ou nos jornais. Porque conhecemos o Presidente de Junta de Freguesia. Porque conhecemos o Presidente da Câmara Municipal ou da Assembleia

Municipal. Ou até porque integramos, ou temos um familiar que integra, uma lista candidata a qualquer destas eleições.

Os Presidentes de Junta de Freguesia são os responsáveis políticos mais próximos do Povo. São eles que têm maior linha de vista dos seus problemas, dos seus anseios, das suas necessidades. É à porta destes que o cidadão bate. São estes que reivindicam a resolução de problemas ou a concretização de investimentos junto da respetiva Câmara Municipal ou do Governo Regional.

É por isso que gostaria de realçar aqui, hoje, neste Parlamento, a importância do Poder Local e do ato eleitoral que se aproxima.

Não se trata apenas de mais umas eleições. Pela proximidade que todos conhecemos e reconhecemos ao Poder Local, estas são eleições particularmente participadas e que encerram em si o potencial de atrair mais cidadãos à participação política e à participação cívica.

As eleições Autárquicas mobilizam milhares de Açorianas e de Açorianos. Para muitos é o primeiro contacto com a política. Para alguns é a única experiência política. Alguns desistem após um primeiro mandato. Outros continuam e dão o melhor pela sua terra, durante vários anos a fio. Assumem a responsabilidade de fazer o melhor que sabem e que podem, sacrificando lazer e família. Uns são brilhantes nas suas funções. Outros nem tanto. Mas o que é certo é que novas eleições virão e darão ao Povo a capacidade de ajuizar quem fica e quem vai.

É, por isso, fundamental que todos estejamos empenhados nesta nobre missão que é fomentar o envolvimento cívico de todos, para que tenhamos um ato eleitoral participado. Pois só com umas eleições participadas serão escolhidos projetos políticos que

representem melhor a vontade do Povo. Só isso conferirá aos futuros governantes e opositores maior expressividade, maior legitimidade democrática para fazermos o melhor pela nossa terra. Em cada um dos nossos 19 municípios. Em cada uma das nossas 155 freguesias.

A História demonstra – e a Democracia e a Autonomia são disso perfeito exemplo – que a descentralização é positiva para os territórios. Promove o desenvolvimento.

Particularmente num território como o nosso. Disperso e ultraperiférico. Com 9 realidades diferentes que se complementam. E com múltiplas realidades e anseios dentro de cada uma destas nove parcelas que são as nossas ilhas.

A transferência de competências, ou a delegação de competências pode ser um bom caminho, uma boa ferramenta para construirmos um futuro comum mais próspero. Mas uma efetiva descentralização tem de ser acompanhada dos correspondentes meios para cumprir as novas missões conferidas ao Poder Local.

É, por isso, fundamental que não haja atropelos ao Poder Local, que não se procure reduzir a sua dimensão democrática, que não se coarte a sua autonomia, que não se lhe negue as condições financeiras, humanas, materiais e organizacionais, indispensáveis ao seu bom funcionamento.

É por isso fundamental e está ao nosso alcance, está ao alcance dos órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores, conferir mais meios ao Poder Local. Para que este possa chegar mais longe. Para que possa ter mais meios. Para que possa ajudar mais pessoas. Com isso todos ganharemos.

Este reforço de meios deve ser feito de modo a que ninguém saia prejudicado. De modo a que todos sintam, nos seus distintos pontos de vista, que estão a receber a sua quota parte, de forma equitativa e justa. De forma a que possamos cimentar esta ideia de Açores enquanto unidade regional, rejeitando bairrismos bacocos, que apenas nos prejudicam.

Na Região temos trilhado esse caminho. Impõe-se que o continuemos a fazer nas próximas décadas. Pois só assim conseguiremos ter cidadãos, Açorianos, mais comprometidos com a sociedade e com a sua terra.

Impõe-se uma sólida interligação entre todos os níveis de governação: Local, Regional, Nacional e Supranacional.

E as próximas eleições autárquicas são uma excelente oportunidade de ajudar a construir este caminho.

**Disse.**

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2021

Sandra Dias Faria